**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
PROCURADORIA**

**PROCESSO 02848/13.
PLL Nº 07/13.**

PARECER PRÉVIO

É submetido a exame desta Procuradoria, para parecer prévio, o Projeto de Lei do Legislativo em epígrafe, que altera a Lei nº 11.466/13, que institui o monitoramento dos veículos integrantes da frota do transporte individual por táxi do Município de Porto Alegre, determinando que esse sistema seja acompanhado de dispositivo fotográfico automático de captura de imagens e *software* de identificação de rosto.

Na forma do que dispõe a Constituição da República, compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local, e organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local (art. 30, incisos I e III).

A Lei Orgânica declara ser de competência do Município de Porto Alegre prover tudo quanto concerne ao interesse local, organizar e dispor sobre serviços públicos de interesse local e fixar tarifas e preços públicos (artigos 9º, inciso II, e 8º, incisos II e III).

Estatui, ainda, que o transporte remunerado de passageiros é serviço público sujeito ao controle e fiscalização dos órgãos próprios do Município, e que constitui obrigação deste promover o direito à segurança (arts. 143 e 147).

A Lei nº 8.133/98, ao dispor sobre o Sistema de Transporte e Circulação no Município de Porto Alegre, estatui que o serviço de transporte de passageiros é de caráter público e essencial, e dispõe constituir atribuição do Poder Público Municipal, entre outras, regulamentar a prestação de tal serviço (artigos 1º e 12).

A matéria objeto da proposição, consoante se infere dos preceitos antes mencionados, se insere no âmbito de competência municipal, inexistindo óbice legal à tramitação, sob tal enfoque.

De ressaltar, contudo, que o preceito do § único do artigo 2º do projeto de lei, por atribuir atividade à Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), empresa pública com personalidade jurídica de Direito Privado, vênha concedida, incide em violação aos preceitos constitucionais que resguardam a livre iniciativa e o livre exercício da atividade econômica (CF, artigos 170 e 173).

É o parecer, *sub censura*.

À Diretoria Legislativa para os devidos fins.
Em 11 de novembro de 2.013.

Claudio Roberto Velasquez
Procurador-Geral-OAB/RS 18.594